

Gros nega aumento de 200%

Rio — O presidente do Banco Central, Francisco Gros, e o secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, negaram ontem qualquer descontrole na dívida interna e classificaram de “exageradas” as informações de que esta teria crescido acima de 200% nos últimos meses. De acordo com Gros e com o diretor de Política Monetária do BC, Pedro Bodin, a dívida interna, como um todo, cresceu 45% em termos nominais no mês de janeiro, o que estaria dentro das previsões feitas na carta de intenções ao FMI.

A expansão ocorrida na dívida mobiliária, disse Gros, é normal e reflexo das liberações de cruzados novos, redução de depósito no Banco Central e crescimento da quantidade de títulos. Gros, Macedo e Bodin estiveram na cerimônia de posse da nova diretora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Silvia Bastos Marques.

Ao contrário do que ocorreu em 1989, a expansão da dívida interna não está financiando o déficit primário do governo, mas, sim, aumentando o nível de reservas, disse o presidente do Banco Central. “Descontrole seria emitir títulos para pagar pessoal, o que não está ocorrendo”, afirmou ele. No programa do governo para o ano, assinalou Gros, previa-se aumento real da dívida interna em 10%. Também estava previsto que os custos

de financiamento das duas dívidas — externa e interna — corresponderiam, em 92, a 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

Novidade

Todos os números atuais estão dentro das estimativas do governo e da carta de intenções feita ao Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo o presidente do BC. A única novidade é que a acumulação de reservas previstas ao longo do ano “está ocorrendo mais rápido do que se esperava”. Esse crescimento, em números, deverá ser anunciado pelo governo brevemente. Em dezembro do ano passado, as reservas estavam na casa dos US\$ 8,5 bilhões (Cr\$ 15,79 trilhões).

O secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, afirmou que a política monetária do governo se mantém, enquanto não estiver completado o ajuste fiscal pretendido pelo governo. “Só isso poderá assegurar uma redução forte da inflação e só o ajuste fiscal poderá aliviar a política monetária”, disse ele. A complementação do ajuste fiscal, explicou Macedo, depende ainda de decisões do Legislativo e Judiciário, pois questões como a do reajuste de 147,06% dos aposentados e Finsocial ainda estão **sub judice**. O governo mantém, para 1993, a previsão de reduzir os juros e começar a pagar parte da dívida.